



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL: DO POPULISMO DA ERA VARGAS AO NEOCONSERVADORISMO-LIBERAL

Verita Perpétua Saraiva¹
Cristiano Costa de Carvalho²
Carla Cristina Alves Cangussu³

Resumo: O presente estudo de caráter bibliográfico e exploratório retoma a necessidade de compreender os elementos centrais em torno das relações sociais engendradas na órbita capitalista e as consequências no mundo do trabalho, classes sociais, Estado e sociedade civil, compreendendo o período de Getúlio Vargas ao governo Bolsonaro, com ênfase nos movimentos e lutas de classe.

Palavras-chave: classes sociais, trabalhadores, consciência de classe, Estado e sociedade civil.

Abstract: This is a bibliographic and exploratory study to revisit the need to understand the key elements in the social relations that emerged in the capitalist state and their consequences for labor, social classes, the state and the civil society, from the Getúlio Vargas to the Bolsonaro government, emphasizing social movement and struggles.

Key words: social class, workers, class consciousness, State and civil society.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, elaborado a partir das aulas de “Questão Social e Serviço Social” e do trabalho interdisciplinar dirigido ministrado na turma do primeiro período do Curso de graduação em Serviço Social, tem como objetivo principal “contextualizar e refletir sobre a organização do trabalho e a luta de classes na sociedade brasileira: do populismo da Era Vargas ao neoliberalismo na atualidade”.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica e exploratória em livros, artigos, dissertações e teses nas áreas da História, Ciência Política, Sociologia e Serviço Social de forma a compreender os desafios postos para a classe trabalhadora na sociedade capitalista conduzida pelo ideário neoliberal e, ainda, como estas transformações no século XX aparecem também como desafios para o trabalho da/o assistente social, uma vez que esta profissão tem como objeto de análise e intervenção socioprofissional a questão social e suas múltiplas expressões.

História, política e economia e a ascensão da luta de classes no mundo

¹ Estudante de Graduação, Centro Universitário Uma, E-mail: veritasaraiva@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário Uma, E-mail: veritasaraiva@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Centro Universitário Uma, E-mail: veritasaraiva@hotmail.com.

O filósofo Karl Marx, em seus estudos sobre o capitalismo e as transformações causadas nas relações de trabalho por causa do sistema, faz uma análise sobre a perda do sentido ontológico do trabalho no atual modo de produção econômico (MARX, 1867).

Nesse caso, portanto, o trabalho era o que definia o homem e a sua relação com o mundo, além de garantir sua sobrevivência. Segundo Maria Lúcia Martinelli (2009), mediante o crescimento e a consolidação do capitalismo, como consequência da revolução industrial, e a ascensão da burguesia no decorrer deste processo da industrialização, em que se destacava o fenômeno da precarização do trabalho nas fábricas e em outros locais, a pauperização e a miséria se tornaram notáveis.

Ainda segundo Martinelli (2009) e o historiador Eric Hobsbawm (1977), a organização dos trabalhadores nesse contexto se deu através de uma politização oriunda da Revolução Francesa, que trouxe noções de direitos humanos, civis e sociais. Com isso, através da influência de novos revolucionários, como Karl Marx, os trabalhadores percebem a divisão de classes e o poder de se manifestarem contra a exploração e as más condições de trabalho. Conforme Marx (1867), os trabalhadores saem da condição de *classe em si* para *classe para si*. Havia nesse momento duas tendências que orientavam a organização dos trabalhadores: a cooperativista e a sindical propriamente dita.

O Estado a princípio reagia a essas reivindicações com repressão. As revoltas operárias nesse período se intensificaram de tal forma que o Estado teve que criar algumas medidas, também podendo ser chamado de *ardís*, que são estratégias para poder conter os motins realizados pela população. Dentre tais *ardís* destaca a Sociedade de Organização da Caridade (SOC), criada em 1869 para ganhar a aceitação da classe trabalhadora e poder racionalizar o assistencialismo (Martinelli, 2009 e Hobsbawm, 1977).

Nesse contexto, com a criação dos sindicatos, os trabalhadores começam a exigir, através de greves e manifestações, que o governo tome providências perante suas reivindicações. Já nesse momento, o governo agia com assistencialismo, tendo em vista a hegemonia da ideologia liberal⁴.

⁴O Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (Bobbio, 2006, p. 32-33). No entanto, tendo em vista os avanços teóricos e práticos desdobrados ao longo do século XX, cabe a nós problematizar esta definição, afinal, por que concordar com a tese de que são os liberais os únicos e verdadeiros intérpretes da causa da liberdade e dos direitos recém arrolados? Até que ponto esses direitos são obra do liberalismo? Até quando tributaremos gratidão aos liberais por direitos que nem sempre eles impulsionaram ou de cujo avanço não são exclusivos responsáveis? (VITULLO e SCAVO, 2014).

O pensamento liberal vem da concepção de estado limitado, sendo os liberais contrários ao forte controle do Estado na economia e na individualidade de cada pessoa, se baseando assim no pensamento positivista e na meritocracia (CHAVES, 2018), contrariando a tendência das reivindicações das organizações de trabalhadores ao exigir uma intermediação estatal e sindical diante dos conflitos e tensionamentos originários da relação capital x trabalho (Santos, 2010).

Com o passar do tempo, as revoltas operárias se intensificaram de tal forma que o Estado teve que criar algumas medidas, a fim de controlar a classe trabalhadora que crescia em organização e politização, influenciando os trabalhadores a nível mundial. Nesse período se evidenciava a questão social e suas expressões em diversas áreas da sociedade. Assim acontece no mundo todo quando se é imposto um regime capitalista, inclusive, como podemos ver, tardiamente na sociedade brasileira no século XX.

Organização do trabalho e a luta de classes na sociedade brasileira: das artimanhas de um governo “populista” na Era Vargas aos ataques neoliberais da década de 1990

No Brasil, através da influência dos imigrantes, a organização dos trabalhadores aconteceu aos poucos (FAUSTO, 1996), pois o país foi um dos últimos a abolir a escravidão. Com o capitalismo tardio, a tomada de consciência dos trabalhadores foi um processo marcado por grandes repressões da resistência por parte do Estado, que desde a colonização tinha em mente a exploração de matéria prima no país, tirando o foco de qualquer constituição de direitos civis, políticos e sociais (VIEIRA, 2015).

Segundo Pang (1979), o capitalismo se fortalece no mundo e os Estados Unidos passam a financiar as exportações brasileiras, porém, em 1929, acontece a crise mundial do capital, quando foram retirados os investimentos sobre a exportação. No Brasil temos nesse momento a república do café com leite, que causou descontentamento em setores militares que tinham como interesse a moralização da política brasileira.

Houve algumas manifestações brasileiras, como a greve geral (SP) 1917; revoltas messiânicas (Canudos 1897 e Contestado 1916), contra medidas secularizadas da República; revolta da vacina (RJ, 1904); Coluna Prestes 1927; dentre outras. A população tinha pouca noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado, que foram trazidos por imigrantes.

Os historiadores Boris Fausto (1996) e José Murilo de Carvalho (2002), afirmam que nesse período, a população brasileira ainda não tinha consigo uma identidade patriótica, o país tinha sob seu comando os coronéis que negavam os direitos civis à população. Porém, após a guerra do Paraguai, essa identidade patriótica começa a surgir. Nesse contexto, o movimento operário ganha força e começa a emergir juntamente com os socialistas

imigrantes que chegavam ao Brasil. Surge, então, o primeiro partido do Brasil – Partido Comunista do Brasil (PCB). Porém, não existiam direitos políticos e menos ainda se falava em direitos sociais.

Desta forma, ocorreu a ascensão da classe operária e a ocorrência das lutas já mencionadas, juntamente com a criação de sindicatos. A princípio o governo tentou reprimir essa movimentação, mas, ao atingir maiores proporções, se viu obrigado a criar algumas medidas para atenuá-la.

Nesse período, houve muita agitação na vida política do Brasil, desencadeando, assim, uma revolução denominada Revolução de 30.

Esta crise atingiu fortemente a economia brasileira, gerando desemprego e dificuldades financeiras para o povo brasileiro. Este fato contribuiu para o clima de insatisfação popular com o governo de Washington Luiz (FAUSTO, 1970, p.76).

Com tudo isso acontecendo, a insatisfação popular em muitas regiões do país começou a preocupar os militares citados anteriormente, que consideravam que uma guerra civil estaria próxima. Assim, os militares tomaram o poder do então presidente Washington Luiz, dando um golpe que ficou conhecido como golpe de 30 e transferiram o poder para Getúlio Vargas.

Devido ao golpe da década de 1930, as oligarquias saíram do poder. Getúlio teve um governo provisório no período de 1930 a 1934, sendo eleito presidente do Brasil, de forma constitucional, em 1934. Ele deveria governar até 1937, porém, devido a mais um golpe, Getúlio permaneceu no poder até 1945 (período conhecido como Estado Novo).

Conforme aponta De Carvalho (2001), nesse contexto, houve um certo “avanço” dos direitos sociais. Os direitos sociais avançaram a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, com ele, a legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho; porém era uma cidadania regulada pelo governo, pois eram contemplados por esses direitos somente aqueles trabalhadores que possuíam carteira de trabalho assinada, aumentando o vínculo e a forma de regular os direitos sociais.

Os direitos políticos tiveram evolução mais complexa, na qual alternaram-se instavelmente ditaduras e regimes democráticos. O período de 1945 a 1964 pode ser considerado a primeira experiência democrática em toda a história do país. O voto popular foi estendido e houve maior lisura nas eleições. Essa experiência terminou em 1964, com a ditadura militar.

Havia um poder centralizador e nacionalista, além de alguma atuação dos trabalhadores, porém essa atuação era liderada pelo governo, num contexto corporativista. Eram proibidas manifestações políticas e o sindicato foi pluralizado, ficando, também, sob o

comando de Getúlio Vargas, ele deixa de ser um órgão privado e passa a estar a serviço do governo, inclusive com a lei do imposto sindical na década de 1940.

Com isso, podemos dizer que esse governo, dito populista, desmontou uma possível ascendência da luta de classes através dos sindicatos. O governo abafou com seu assistencialismo uma luta que seria por direitos e não por favores, calando e mediando os conflitos da classe trabalhadora, deturpando o entendimento da população sobre seus direitos civilizatórios e democráticos legítimos (CARVALHO, 2002).

Logo depois, teve início o período da ditadura militar, em 1964, quando foi deposto o então presidente João Goulart, ocorrendo um golpe de estado justificado pela alegação de que havia uma ameaça comunista no país. Nesse período, o objetivo maior era a acumulação do capital nacional, antes da repartição deste para fins beneficiários ao desenvolvimento. Esse acúmulo mal administrado e sem divisão, logo depois, gerou uma intensa crise econômica e o aumento da inflação, gerando um retrocesso no desenvolvimento econômico e um descontentamento da população, que começou a se organizar em movimentos sociais, tornando possível o surgimento de novas condições para o exercício da democracia brasileira. Esses populares saíam às ruas para lutar pela derrubada do governo ditatorial⁵, no entanto eram reprimidos pelo poder militar e torturados até a morte (VIEIRA, 2015).

A partir de alguns momentos característicos, como a peça “Liberdade, liberdade” de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, e com as greves operárias, a população trabalhadora reivindicou o fim do arrocho salarial e protagonizou um período de luta pelo fim do militarismo. A emenda constitucional requerida pelos populares, denominada “Diretas Já”, teve como objetivo a eleição do próximo presidente pelo voto direto e não foi aprovada por falta de voto no parlamento. Diante desse fato, a mobilização popular ganha força para impulsionar uma transição para a democracia.

Com o retorno da “democracia”, certas medidas restauraram alguns direitos perdidos na ditadura, como a liberdade de expressão, além de legalizar todos os partidos políticos e elaborar a última constituição brasileira, de 1988, que foi um marco no avanço da classe trabalhadora, garantindo os direitos sociais, políticos e civis, devolvendo a cidadania à população brasileira.

Importante destacar que no meio do processo de retomada democrática, em 1989, na América Latina, no bojo da crise da dívida externa, é colocada em prática o denominado

⁵ Os movimentos sobreviventes e resistentes à ditadura se encontravam em porões para estudar política, questão e dilemas sociais e formular estratégias para determinar o fim do regime militar e de sua opressão. Em 1968, um grande movimento estudantil eclodiu nas ruas a fim de contestar as ações do governo. Durante um dos protestos o estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto sofreu com um disparo de arma de fogo, vindo de um militar, gerando uma comoção da sociedade e um avanço nas reivindicações por direitos. Logo depois deu-se início à luta armada e a reivindicação acerca do arrocho salarial por parte dos trabalhadores. A partir daí os movimentos antagônicos ao governo, tomaram grande proporção e visibilidade, causando impacto direto na ditadura, que já não possuía base sólida para sua manutenção (VIEIRA, 2015).

“Consenso de Washington”, arquitetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, e outras instituições financeiras multilaterais que recomendaram aos países realizarem uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas, liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, ou seja, medidas destinadas a mundialização do capital financeiro (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Essa garantia de direitos foi rompida em 1990 com a entrada de Fernando Collor no governo. O então presidente, que foi eleito sobre o manto da defesa de um projeto de governo neoliberal, tinha como enfoque a retirada de políticas públicas e a aplicação financeira no âmbito econômico, o que deturpou os direitos estabelecidos e propiciou a existência da inflação instável e, conseqüentemente, uma crise econômica, seguindo o receituário do “Consenso de Washington”.

Houve a mudança da moeda, a privatização das estatais e altos índices de desemprego durante todo o governo de Collor. A população se uniu em um movimento conhecido como “Caras Pintadas”, saindo às ruas pedindo pelo afastamento do presidente Fernando Collor. O período de governança dele teve fim a partir de uma renúncia ocorrida antes mesmo da concretização do impeachment e teve seus resquícios percebidos no governo seguinte presidido por Itamar Franco (VIEIRA, 2015).

O movimento social mais politizado desse período era o dos estudantes, comandado pela União Brasileira dos Estudantes (UNE). Podemos dizer que essa mobilização social e, também, a mobilização social pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS) tiveram claramente resquícios da organização dos movimentos que estavam a frente do “Diretas já”, no período citado anteriormente. Assim, podemos dizer que o período de redemocratização do país trouxe ganhos de direitos que o Brasil jamais tinha visto, porém sempre acompanhado de governos amortizadores liberais.

Podemos apontar alguns momentos da disseminação do neoliberalismo e, com ele, as mudanças de ordem produtiva, identificadas no Brasil. Um deles, em novembro de 1990, primeiro ano do governo de Fernando Collor de Melo, foi a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade PBQP, que expressou transformações que contribuíram para inserir uma nova ideologia produtiva, trazendo importantes características do modelo japonês de produção, conhecido como Toyotismo. Ao ser aplicado, esse modelo trouxe meios ideológicos que, alinharam as políticas neoliberais impostas no país desde quando Fernando Collor de Melo foi eleito (BORGES, 1997).

Assim, a classe trabalhadora e especialmente os sindicatos sofreram mudanças drásticas, principalmente dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se tornou mais corporativista. Percebemos que, enquanto movimentos sociais como o MST resistiam contra os desmandos e as barbáries do sistema, o movimento sindical cutista se mostrava

cada vez mais corporativista, assumindo ao longo de sua formação, uma postura que contribuía para diminuir a luta dos trabalhadores por autonomia, emancipação e solidariedade de classe (BORGES, 1997).

Desde o seu nascimento em 1991, a Força Sindical se mostrou adepta aos interesses do capital e às políticas neoliberais, entrando em uma contradição sobre sua verdadeira ideologia, adequando-se ao sistema. A Força Sindical promoveu um seminário Nacional sobre “O trabalhador e o programa de qualidade e produtividade”, que tinha o objetivo de verificar e apontar alternativas para a crise econômica instalada no país, com métodos industrializados. Assim, realizou uma mudança de pensamento para o sindicalismo brasileiro e trazendo-o assiduamente para uma modernização das relações entre os trabalhadores e empresários no Brasil (BORGES, 1997).

Percebemos então que os sindicalistas e o Estado dialogavam para aproximar as mentalidades de empresários e de trabalhadores. Por isso, buscaram novas estratégias ideológicas, com o objetivo de estabelecer uma concordância que une a prática sindical e as atitudes empresariais com as políticas de governo em torno da nova forma de produtividade exigida, com a nova divisão internacional do trabalho.

Compreendemos que as políticas vindas dessas alianças mencionadas alteraram de maneira efetiva a correlação de forças entre as classes sociais, o que desmontou a organização da luta de classes brasileira mais uma vez, que se adequou aos princípios do capitalismo neoliberal defendidos pelos sindicatos (BORGES, 1997).

Já em 1994 Fernando Henrique Cardoso (FHC), nomeado pelo presidente anterior como ministro da Fazenda, em seu plano de governo, teve como principal objetivo a expansão do plano real e a regularização da inflação. Esse governo deu continuidade às privatizações, propiciando o crescimento da pobreza extrema no Brasil; em contrapartida, ocasionando o aumento da riqueza de uma pequena parcela da população, fortalecendo a desigualdade social e a contínua distinção entre as classes.

Diante desse contexto, a filantropia e o assistencialismo cresceram de forma expressiva, a fim de conter as classes subalternas e inseri-las no contexto neoliberal, em que de um lado se fortalecem as privatizações e de outro se criam políticas públicas precárias e focalizadas, que não atendem a população como um todo⁶.

A luta de classes no contexto neoliberal brasileiro contemporâneo e os seus impactos sociais com a retirada de direitos

⁶ Sobre esses aspectos em sua densidade política e impactos sociais, veja: BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

A Luta de classes no Brasil na década de 1980, no movimento de redemocratização, é impactada por um contexto mundial político, trazido por uma estrutura neoliberal de sociabilidade como novo modelo de concepção de mundo na atualidade, sendo cogitado como um pensamento hegemônico, limitado a um grupo de reformas pontuais na máquina estatal. De acordo com Martinelli (2009), o pauperismo evidenciado pelo sistema capitalista se torna uma face da questão social que ameaça a classe burguesa. Assim o Estado precisa criar mecanismos neoliberais através de políticas para amenizar esse evidenciamento (BORGES, 1997).

Ao mesmo tempo foi e vem sendo criticado, principalmente pela classe trabalhadora, que enxergava nessa disputa projetos contrários de sociabilidade. Em meio a tais embates, a contrarrevolução neoliberal se instaura no Brasil, a partir do final dos anos de 1970, com novos ideais na luta de classes, trazendo novas formas de organização do capital e do trabalho (BORGES, 1997).

O governo Lula, que se iniciou em 2003, teve impacto em mudanças consideráveis no âmbito político, econômico e social, mesmo mantendo elementos dos governos anteriores a partir de 1990. Considerado um governo de esquerda, visando não apenas o bem-estar do Estado, mas também da população de baixa renda, Lula teve sua popularidade inflada e pode ser considerado o político mais bem-sucedido na História do Brasil (VIEIRA, 2015).

Criou várias políticas públicas que auxiliavam e ainda auxiliam não só a classe menos favorecida, como também a classe média, dando a falsa ilusão de poder para estas (ANDERSON, 2018).

Seguindo as mesmas propostas de Lula, Dilma Rousseff, em seu governo, se mostrou menos popular e acabou por sofrer um golpe de estado, por conta de sua impopularidade, não só com a população, mas principalmente por conta do Congresso Nacional. Em 12 de maio de 2016, Dilma foi destituída do cargo de Presidente da República, sem ter sido comprovado qualquer crime (BASTOS, 2018).

Entra em seu lugar o então vice-presidente Michel Temer, com uma proposta de governo mais conservador e com características neoliberais reforçadas. A nova governança redirecionou o foco do país para o crescimento e recuperação da economia, reduzindo os gastos com a população em instâncias de políticas públicas e direitos para aplicar na quitação de dívidas externas, no pagamento de propina para se manter no cargo e na privatização de empresas, a fim de atingir maior visibilidade das grandes potências econômicas. A partir daí, a população continua “assistindo” seus direitos sendo desmontados com maior perversidade, através da criação de emendas constitucionais desenvolvidas pelo novo presidente e aprovadas pelo congresso sem consentimento popular, se tornando o governo com maior índice de impopularidade e desaprovação.

Diante dessas mudanças de governos e formatos políticos, é possível observar a mobilização da população trabalhadora mais evidente em governanças de caráter neoliberal, como a de Michel Temer, nas quais o enfoque está na economia e na manutenção do capitalismo. Em governos que possuem um viés voltado para o populismo, como o de Lula, a percepção da retirada de direitos era mínima já que os movimentos trabalhistas tinham uma ilusão de maior participação nas ações do estado. Dessa forma, os trabalhadores não se organizavam tanto quanto em governos menos populares (HONORATO, 2018), como pontua o cientista político Mauro Iasi:

A luta de classes brasileira no atual contexto, é notado, como sempre foi, pela desigualdade social, que acaba polarizando a sociedade, de um lado há aqueles que buscam direitos individuais, e de outro os que buscam direitos para todos, separando as lutas (IASI, 2007, p. 39).

Esse individualismo intensificado pela lógica do mercado acaba por culpabilizar o indivíduo, que se torna responsável por garantir suas necessidades (direitos) e bem-estar. Nesse sentido, podemos dizer que a meritocracia positivista ressurgiu, com a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades, tirando a responsabilidade do Estado diante da situação agravada da sociedade (MONTAÑO, 2014).

Nessa lógica de mercado, a efetivação dos direitos positivados de acordo com a CF/88 se torna de responsabilidade da sociedade civil organizada. Na procura de efetivação de garantias individuais, as pessoas acabam por aceitar sua condição e não veem mais como as reivindicações poderiam contribuir com as mudanças, visto que, como dito anteriormente, a luta de classes se tornou luta de grupos específicos, como os novos movimentos sociais (LGBT, Negros etc.), dividindo a sociedade ainda mais, perdendo a perspectiva de luta de classes⁷ (HONORATO, 2018).

Outro agravante para essa inércia social é que, por questão de sobrevivência, a maior parte dos trabalhadores evitam qualquer relação com os sindicatos, pois se sentem ameaçados pelo discurso patronal, em participar das organizações coletivas da classe trabalhadora. Nesse sentido, Marx e Engels (1999, p. 39) afirmam:

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.

Estamos assistindo aos direitos conquistados sendo retirados paulatinamente, fragilizando a luta da classe trabalhadora como um todo, partindo do pressuposto que no

⁷ Sobre esse dilema, a diluição da concepção de luta de classe em detrimento da luta por identidades, alguns intelectuais no campo da esquerda (vide CISNE e MORAIS, 2018) têm apontado para a necessidade de uma leitura crítica à luz do campo da interseccionalidade (ou teoria interseccional) que consiste no estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, questão defendida amplamente também pelas autoras deste trabalho.

Brasil não houve um reconhecimento de classe de fato, ou seja, não há uma luta coletiva contra essas emendas constitucionais propostas pelo atual presidente Temer. Existem lutas de grupos específicos, porém, eles não são fortes o suficiente para pressionar o governo a seu favor (HONORATO, 2018).

Contudo, neste período podemos observar que a organização das classes em reivindicações é maior em governos neoliberais do que em governos como de Lula e Dilma, porque os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxeram consigo a narrativa de um governo de esquerda como campo de esperança para “um país melhor para classe trabalhadora”, causando uma inércia social, ou seja, a ideia de que não seria mais necessário haver mobilizações sociais por busca de direitos, afinal, Lula e Dilma eram a “garantia” destes. Com a efetivação dos direitos previstos na CF/88 voltados para a classe trabalhadora, as características neoliberais do governo de Lula foram camufladas dando a entender que ele possuía um enfoque maior na cidadania, reforçando a ideia de um governo populista.

Em meio à crise política e econômica que o Brasil estava vivenciando; com a súbita saída de Dilma, que segundo Almeida (2019) causou uma incerteza sobre o futuro na população; o péssimo resto de governo de Michel Temer e seus escândalos; nasce Bolsonaro, um ex-militar que trouxe em sua campanha um radicalismo político e econômico visando totalmente o mercado e a economia.

Com ideias neoconservadoras e liberais, preconceituosas e machistas, clamando pelo fim da corrupção e a volta dos bons costumes, Bolsonaro introduz um discurso de nacionalismo que gera um patriotismo, se tornando então uma religião cívica imposta ao povo pelo Estado, que não nasce do povo enquanto nação, conforme retrata a autora Marilena Chauí em sua discussão sobre o nacionalismo (CHAUI, 2000).

As eleições de 2018 tiveram um forte impacto, por meio do desenvolvimento de campanha eleitoral caracterizada por largo uso das mídias e redes sociais (Facebook, WhatsApp, entre outros), tendo como principal aspecto o uso de *fake news* (notícias falsas) sendo produzidas a todo o momento sobre seus adversários. A população, por meio do voto, exercendo seu direito político, elegeu em 2018 Jair Bolsonaro para presidente da República, ganhando a parcela votante da população pelo projeto de segurança pública e fim da corrupção, pois a sociedade clamava por menos criminalidade e corrupção, e a necessidade do “novo”. O então presidente ganhou visibilidade também por aspectos religiosos⁸. Aliado de pastores de grandes igrejas, Bolsonaro consolidou sua vitória no voto de fiéis, defensores dos bons costumes e do “cidadão de bem” (ALMEIDA, 2019).

⁸ Um exemplo notório da influência das igrejas e organizações do campo neopentecostais sobre a campanha e posterior posse do presidente Jair Bolsonaro consiste na tentativa de mudança da embaixada do Brasil de TelAviv para Jerusalém, por se tratar de uma promessa eleitoral, gesto que

Nesse momento, era nítido que o país se encontrava polarizado, com as lutas fragmentadas, conforme citado anteriormente, pelo fato dos governos populares de Lula terem de certa forma abafado a luta de classe clássica, o que de maneira geral pode ter contribuído para a eleição de um candidato neoliberal conservador.

A proposta de Bolsonaro é basicamente a retirada de direitos arduamente conquistados, a exemplo da proposta de reforma da previdência por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 6-A, de 2019, do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências" (PEC00619) e os cortes na educação, entre outros. O desemprego se encontra em um patamar assustador. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,7% no trimestre encerrado em março de 2019, atingindo 13,4 milhões de pessoas (SILVEIRA, 2019), fazendo com que cada vez mais as pessoas procurem por trabalhos informais para sobreviver. O Brasil corre o risco de voltar ao mapa da fome, a pauperização está cada vez mais próxima das famílias de baixa renda do país.

Corremos o risco de perdermos a nossa democracia para o autoritarismo militar, pois o atual presidente não só é um ex-militar, como dito anteriormente, mas também concedeu cargos importantes no governo para militares, um exemplo é o seu vice, general Mourão.

São tempos incertos para a democracia brasileira e para os direitos que ainda restam da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho exposto, podemos dizer que é de extrema importância realizar análises críticas sobre a ascensão do capitalismo industrial – e como este se tornou um meio para organização política – e o reconhecimento da classe trabalhadora como luta coletiva, que passou a enfrentar de maneira mais ativa as desigualdades geradas pelo sistema econômico, de ordem burguesa, que se mantém como modelo seguido até atualidade.

O recorte aqui definido, Brasil, século XX e início do século XXI, é caracterizado por um conjunto bastante plural de sujeitos em movimentos contra-hegemônicos, com destaque para organização coletiva da classe trabalhadora influenciada pelos imigrantes, marcada por revoltas, como a Revolta da Vacina, no princípio da era Vargas. Nesse contexto de um governo populista, essa organização foi perdendo força a partir das concessões de políticas assistenciais, no lugar dos direitos de cidadania, que faziam uma mediação entre a classe

significaria reconhecer a cidade milenar como capital israelense, na contramão do entendimento das Nações Unidas e da maioria da comunidade internacional. Conforme Mariana Schreiber (2019), jornalista da BBC News Brasil, para lideranças evangélicas, o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel atende a preceitos bíblicos.

trabalhadora e o estado favorecendo ao mesmo tempo a economia numa política liberal. Nesse contexto também se destaca o surgimento dos sindicatos, que eram controlados pelo governo, que foi pluralizado, e os líderes sindicais ligados ao Estado, propiciando um desmonte da organização da classe trabalhadora.

Com o início da vigência do projeto societário do neoliberalismo, na década de 1990, os impactos sociais desse desmonte se intensificam, uma vez que a classe trabalhadora se enfraquece ainda mais com novos conceitos em substituição à luta de classes. Esta vem sendo tratada como lutas sociais, através dos novos movimentos sociais – como negros, LGBTs, entre outros – que precisam enfrentar as questões específicas do seu próprio grupo social, mas desvinculadas das questões macroeconômicas. Ainda nessa década, a sociedade civil é chamada a se tornar parceira do Estado e do mercado, mascarando a existência da luta de classes, portanto deslegitimando o papel dos sindicatos na sociedade.

Contudo, percebe-se que na sociedade brasileira atual a luta de classes, de acordo com o ideal de Marx, se fragiliza, levando os trabalhadores a não se reconhecerem como classe para si. Entendemos, a partir da pesquisa realizada, que as lutas ainda existentes são lutas sociais e/ou de grupos fragmentados.

Percebemos que a classe trabalhadora no decorrer da história se organiza, porém logo há uma fragmentação, dificultando a sua atuação em defesa dos seus interesses coletivos e o reconhecimento como classe trabalhadora que luta por direitos para toda a classe. Nesse contexto de luta de classes no Brasil, existe uma alienação por parte da população em relação à política trabalhista e à questão da cidadania, ou seja, por muitas vezes a população não tem conhecimento da condição de trabalho explorado, do sistema em que está inserida, assim não se percebe nessa condição.

REFERÊNCIAS

AGUENA, Paulo– **Lutas sindicais sob a ditadura militar e a fundação da CUT**. Disponível em: < <https://www.pstu.org.br/lutas-sindicais-sob-a-ditadura-militar-e-a-fundacao-da-cut/>> Acesso em: 22 de maio de 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. 2019.

ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002/> Acesso em: 25 de maio de 2019.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209/> Acesso em: 28 de maio de 2019.

Blog Liberal Space, CHAVES, EDUARDO - **John Locke, o Pai do Liberalismo**. Disponível em: <<https://liberal.space/2005/08/19/john-locke-o-pai-do-liberalismo/>> Acesso em: 14 de Maio de 2019.

BORGES, Celia R. Congilio (1997). **Reestruturação Produtiva e Luta de Classes: impactos políticos ideológicos da difusão do modelo japonês no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

CISNE, Mirla e MORAIS, Silvana Mara de Moraes. **Feminismo e diversidade sexual**. Biblioteca básica do Serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Editora Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Edusp, 1996.

HOBBSAWN, Eric J., A era das revoluções. Europa 1789-1848. São Paulo, Editora Paz e terra traduzido por Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, 1977.

HONORATO, Leidilane de Oliveira. **OS DESAFIOS IMPOSTOS À LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO NEOLIBERAL** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/os-desafios-impostos-a-luta-da-classe-trabalhadora-no-contexto-neoliberal.pdf/> Acesso em: 23 de maio de 2019.

IASI, Mauro Luís. **Reflexão sobre o processo de consciência**. In. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 11- 45.

LIMA, Kátia. **Novas configurações da luta de classes e refundação do projeto burguês de sociabilidade**. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN06%20LIMA,%20K.pdf/>> Acesso em: 22 de maio de 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo, Cortez, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Trad. De José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O capital, Volume I** – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 5.

MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, Duriguetto Maria. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Civilização brasileira, 1979.

SANTOS, Tassia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SCHREIBER, Mariana. Bolsonaro em Israel: Por que evangélicos pressionam pela mudança da embaixada de TelAviv para Jerusalém. *In. BBC News Brasil*. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47776408> > acesso em: 22/06/2019.

SILVEIRA, Darlan Alvarenga e Daniel. Desemprego sobe para 12,7% em março e atinge 13,4 milhões de brasileiros. *In. G1*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/30/desemprego-sobe-para-127percent-em-marco-diz-ibge.ghtml>> acesso em: 22/06/2019.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1951-2010**. Editora Cortez, São Paulo, 2015.

VITULLO, Gabriel, SCAVO, Davide. O liberalismo e a definição bobbiana de democracia: elementos para uma análise crítica. *In. Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2014, n.13, pp.89-105.